

Questões Comuns – Perguntas e Respostas

Se estiver preocupado com questões
jurídicas, não hesite em
ligar para o Houterasu

Serviço de Informações Multilíngue do Houterasu
0570-078377

Dias úteis (exceto feriados de fim de ano e Ano Novo) das 9h00 às 17h00
O intérprete o conectará ao escritório do Houterasu de sua preferência e fará a
interpretação para você.

◆ Idiomas atendidos ◆

Inglês, chinês, coreano, espanhol, português, vietnamita
filipino, nepalês, tailandês, indonésio

- As tarifas telefônicas dependem do tipo de telefone que você estiver usando, do contrato e da distância.
- Não é possível contatar este número a partir do exterior.
- O suporte ao idioma indonésio estará disponível a partir de janeiro de 2021.

O Centro de Apoio Jurídico do Japão (Houterasu)
é uma corporação pública nacional.
Para obter mais informações, visite o site do Houterasu.
<https://www.houterasu.or.jp/site/foreign-nationals/>



Residências

Por ter esquecido de pagar meu aluguel, o proprietário me disse para desocupar meu quarto. Tenho que desocupar meu quarto?

A necessidade de ceder seu quarto depende da existência de um não pagamento do aluguel, de modo que a relação de confiança entre o locador e o locatário seja violada. Em geral, reconhece-se como violada a relação de confiança quando o aluguel não é pago por três meses ou mais.

Portanto, você não precisa desocupar seu quarto apenas por descumprir o pagamento do aluguel uma vez. Mesmo se você tiver um contrato especial pelo qual precise desocupar imediatamente o imóvel no caso de uma ocorrência de descumprimento do pagamento do aluguel, é possível anulá-lo.

Para obter mais informações, consulte um especialista, como um advogado ou um escrivão judicial.

Quando estava desocupando meu apartamento, o papel de parede atrás da geladeira estava ligeiramente escurecido por causa de uma queima elétrica. O proprietário viu o papel de parede escurecido e cobrou uma taxa para substituí-lo. Tenho que pagá-la?

O locatário tem a obrigação de restaurar a propriedade à sua condição original antes de se mudar quando desocupar um imóvel locado.

Geralmente se considera que a obrigação de restaurar a propriedade à sua condição original significa restaurá-la de danos, manchas e desgaste causados por intenção ou negligência do locatário, violação do dever de cuidado normalmente esperado do locatário ou outro uso além de um grau normal. Não significa “restaurá-la a uma nova condição”. Portanto, o locatário não tem que arcar com os custos de reparação de danos, manchas e desgastes causados pelo chamado envelhecimento e uso normal, pois este está incluído no aluguel.

Assim, uma vez que a queima elétrica do papel de parede atrás de aparelhos elétricos, como geladeiras, ocorre dentro do estilo de vida normal de um locatário, geralmente o locador é quem está obrigado a repará-la, não o locatário. No entanto, se é ou não considerado violação da obrigação de restaurar a propriedade ao estado original depende da condição da propriedade alugada e do uso do locatário; portanto, aconselhamos consultar um advogado ou escrivão judicial para mais informações e apresentar-lhes o contrato de locação, declaração de isenção, fotos tiradas no momento da mudança de ocupação e de desocupação, a estimativa de taxas de reparo de equipamentos e taxas de limpeza.

Pedindo Empréstado e Emprstando Dinheiro

Emprestei dinheiro a um(a) colega de trabalho, mas esse(a) colega está dizendo que não precisa me pagar porque não há um reconhecimento por escrito da dívida. O que devo fazer?

Desde que o devedor concorde em devolver o dinheiro ao credor, isso constitui um contrato de empréstimo e pedido de empréstimo de dinheiro (acordo de empréstimo), mesmo que não haja um reconhecimento por escrito da dívida.

Portanto, o credor pode solicitar que o devedor restitua o dinheiro no prazo para devolvê-lo, mesmo que não haja um reconhecimento por escrito da dívida. Se o devedor recusar-se a restituir o dinheiro, o credor poderá solicitar o pagamento por carta registrada ou usar mediação cível ou procedimentos judiciais cíveis.

No entanto, ao usar procedimentos judiciais, como procedimentos cíveis, o credor deve provar que o devedor concordou em devolver o dinheiro (que foi estabelecido um acordo de empréstimo). Um reconhecimento por escrito da dívida que descreva as partes do contrato, o valor em dinheiro emprestado, o recebimento de dinheiro do devedor, o método e o prazo de restituição etc. é uma forte evidência do dinheiro emprestado.

Mesmo que não tenha um reconhecimento por escrito da dívida, você pode provar o estabelecimento de um acordo de empréstimo com outras evidências, como o depoimento de um conhecido que estava presente no local do empréstimo ou um e-mail; portanto, você deve consultar um advogado ou escrivão judicial.

Estou preocupado porque não posso pagar minha dívida. O que devo fazer?

Se você não pode pagar sua dívida, sua receita e despesas estão desequilibradas. Recomendamos organizar a dívida (consolidação de dívida). Se você achar difícil fazer isso sozinho, tente consultar um especialista para organizá-la.

Para consolidar a dívida, primeiro você precisa confirmar o valor exato de toda a dívida, incluindo não apenas o dinheiro emprestado (a dívida), mas também vários valores não pagos ou em inadimplência etc.

Se você vem restituindo dinheiro a uma alta taxa de juros há muitos anos, talvez tenha pago juros a mais (pagamento excedente) se recalcular à taxa de juros pela qual deveria ter pago. Se pagou a mais, você poderá recuperar dinheiro e liquidar sua dívida.

Por outro lado, se não houver pagamento excedente, ou se ainda houver uma dívida mesmo após a liquidação do pagamento excedente, a dívida residual poderá ser organizada por meio de acordo voluntário, liquidação de dívida ou falência voluntária etc.

Acordo voluntário significa que um advogado ou escrivão judicial especialista negocia diretamente com uma instituição financeira e decide o valor e o método de pagamento futuros, independentemente dos procedimentos judiciais. Por tratar-se apenas de um procedimento para resolver o problema por meio de debate, pode haver casos em que um acordo não seja alcançado e não possa ser providenciado voluntariamente.

A liquidação de dívida é um procedimento judicial. O valor total da dívida será reduzido pelo método estipulado pela Lei de Reabilitação Civil. Depois disso, em princípio, o valor reduzido será restituído em prestações por três anos. Além disso, existe uma regra especial segundo a qual não é necessário abdicar de uma residência da qual você tenha uma hipoteca. No entanto, para usar a liquidação de dívida, é necessário ter determinado valor de renda regular.

A falência voluntária também é um procedimento judicial. O objetivo é que você seja dispensado (isento) da restituição quando o valor da dívida (empréstimo, inadimplência etc.) for grande em relação ao seu patrimônio ou renda e você não puder restituí-lo. Se você tiver patrimônio de alto valor, como imóveis, este deverá ser convertido em dinheiro e distribuído a cada credor antes de qualquer procedimento de isenção. Não haveria liquidação de necessidades diárias essenciais à vida diária.

É inválido pedir emprestado a um operador comercial que não tenha registro como empresa de empréstimo de dinheiro ou de um operador comercial ilegal que empreste a uma taxa de juros superior à estipulada por lei.

Um amigo me pediu para ser fiador de sua dívida. Ainda não concordei com isso, mas do que devo estar ciente?

Você deve verificar cuidadosamente o contrato (o conteúdo do contrato de garantia), como o valor a ser garantido, o período de validade e o tipo de garantia, além de considerar cuidadosamente se realmente poderá cumprir seu dever de fiador caso seu amigo (o devedor principal) não consiga pagar a dívida principal.

Além das garantias ordinárias, existem outros tipos de garantias, como as garantias solidárias, que respondem pela dívida solidariamente com o devedor principal, e as garantias básicas, que garantem continuamente a dívida não especificada dentro de determinado intervalo (limites de garantia), para o que existem diferentes obrigações de garantia.

Nenhum contrato de garantia terá efeito, salvo se feito por escrito (ou se houver registro eletromagnético desse conteúdo). Em particular, quando um indivíduo se torna fiador da dívida principal de uma empresa, a intenção de afiançar deve ser confirmada por escritura com firma reconhecida, salvo em certos casos, como quando um executivo ou diretor do devedor principal tornar-se fiador. Além disso, o devedor principal é obrigado a fornecer informações à pessoa solicitada a se tornar fiador em relação ao seu patrimônio e situação de renda e despesas, à existência/conteúdo de outras dívidas e à existência/conteúdo de outras garantias. Com base nessas informações, você deve considerar cuidadosamente o alto risco de se tornar um fiador.

Com Relação à Família

Estou considerando um acordo de divórcio mútuo com relação a meu cônjuge japonês. Quais são os procedimentos necessários?

Se um dos cônjuges for cidadão japonês ou cidadã japonesa que mora no Japão, é aplicável o código civil japonês pelo qual você pode ter um acordo de divórcio mútuo. O acordo de divórcio mútuo é realizado mediante a apresentação de uma notificação de divórcio e uma cópia do registro de família (não exigida se você viver no mesmo município de sua residência registrada) a uma prefeitura.

No entanto, poucos países adotaram um sistema de divórcio mútuo em que o divórcio é estabelecido por mero acordo entre as partes. Portanto, se um divórcio mútuo não for permitido pela lei do país de origem do cônjuge estrangeiro, decorre uma situação em que "o divórcio é estabelecido no Japão, mas não foi estabelecido no país de origem do cônjuge estrangeiro". Por conseguinte, mesmo que as partes tenham concordado com o divórcio, é necessário usar um procedimento que envolva o tribunal (divórcio mediado, divórcio por arbitragem em Vara de Família, divórcio por julgamento) em vez do divórcio mútuo. Para obter informações sobre o tratamento e o sistema jurídico do país de origem de cônjuges estrangeiros, entre em contato com o consulado pertinente no Japão.

Além disso, em caso de divórcio, é necessário providenciar cuidadosamente a guarda, pensão alimentícia para o filho, divisão de bens, indenização etc. ; portanto, consulte um advogado.

Eu estava vivendo no Japão com a situação de residência de “Cônjuge ou Filho de Cidadão Japonês”, mas posso ficar no Japão mesmo após o divórcio?

Em primeiro lugar, se um cidadão estrangeiro vivendo na situação de residência de "cônjuge ou filho de cidadão japonês" ou "cônjuge ou filho de residente permanente" divorciar-se de seu cônjuge, ele precisará ir ao escritório de imigração local ou comunicar o Ministro de Justiça enviando uma notificação à Agência Regional de Imigração de Tóquio no prazo de 14 dias após o divórcio. Se não seguir este procedimento, você corre o risco de perder sua situação de residência.

Em seguida, solicite uma alteração para outra situação de residência cujos requisitos você acredita atender.

Se for confirmado que um estrangeiro que deseja residência permanente tem, com um cônjuge japonês, um filho menor de idade e não casado, que está criando e assumindo a custódia desse filho como genitor e for necessário que continue a sustentá-lo no Japão, o estrangeiro poderá obter permissão para alterar sua situação de residência para “residente de longo prazo”.

Além disso, mesmo que as condições acima não sejam atendidas, se você tiver tido um longo período de residência como “cônjuge ou filho de cidadão japonês”, poderá alterar sua situação de residência, em que é reconhecido o “motivo especial” exigido para “residente de longo prazo”.

Se você está preocupado com sua situação de residência, é aconselhável consultar um advogado ou outro especialista e receber assessoria apropriada com base em precedentes judiciais ou da Agência de Imigração do Japão.

Estou sofrendo violência de meu cônjuge. O que devo fazer?

A violência de um cônjuge (violência doméstica) é uma violação grave dos direitos humanos, que pode constituir um crime. Se achar que está em perigo, consulte primeiro a polícia ou um centro de aconselhamento e apoio contra violência conjugal (há vários nomes, como centros para mulheres e centros de igualdade de gênero) e peça ajuda. Em um centro de aconselhamento e apoio contra violência conjugal, você pode consultá-los sobre como mudar-se para um abrigo temporário. Além disso, é aconselhável relatar à Agência de Imigração do Japão que você está sofrendo violência doméstica no caso de seu cônjuge não cooperar com os procedimentos relacionados à residência, como extensão do período de residência futuro.

Em alguns casos, você pode solicitar a um tribunal distrital a emissão de uma ordem proibindo seu cônjuge de segui-lo(a) ou de vagar próximo de sua residência ou local de trabalho (ordem de proibição de acesso) ou uma ordem para remover temporariamente seu cônjuge de sua residência (ordem de expulsão), uma ordem de proibição de acesso para seu(sua/s) filho(a/s), uma ordem de proibição de acesso para seus parentes ou uma ordem de proibição de ligações telefônicas. Você também pode entrar com um processo criminal se seu cônjuge cometer violência contra você ou se você sofrer ferimentos em função da violência. Recomendamos que consulte um advogado sobre o procedimento e o que você pode fazer legalmente.

Além disso, o Houterasu fornece aconselhamento jurídico sobre a prevenção de danos adicionais às vítimas de violência doméstica, independentemente de sua renda ou patrimônio (consultoria jurídica para as vítimas de crimes específicos). Caso queira usar esse serviço, ligue para o serviço de informações multilíngue (0570-078377) e solicite informações ao escritório local do Houterasu mais próximo. Se você puder falar japonês, também está disponível o número de telefone do Apoio à Vítimas de Crime (0570-079714).

Problemas no Local de Trabalho

Meu local de trabalho não vai pagar meu salário. O que devo fazer?

Você pode considerar as medidas a seguir.

- 1) Solicite seu salário a seu empregador por carta registrada.
- 2) Reporte-se ao Escritório de Inspeção de Normas do Trabalho solicitando que assessorem seu empregador.
- 3) Entre com uma ação judicial ou processo trabalhista em um tribunal visando o pagamento de salários não pagos.

Uma vez que o empregador é obrigado a pagar os salários ao trabalhador como remuneração pelo trabalho, se o empregador não pagar os salários estará violando o contrato de trabalho.

No entanto, o direito de reivindicar salários tem uma prescrição. Se tiverem decorrido dois anos (*) desde a data de pagamento do salário, será aplicada a prescrição e você não poderá mais reivindicar salários.

* A Lei de Normas Trabalhistas foi retificada em relação à prescrição sobre salários que devem ser pagos após 1º de abril de 2020. Embora a disposição declarasse “5 anos”, ela foi definida para “3 anos” por enquanto, como uma medida transitória.

Seria recomendável consultar um especialista, como um advogado, sobre os procedimentos a serem executados.

A empresa em que trabalho perguntou-me: “Você poderia deixar a empresa voluntariamente?” Tenho que atender a esta solicitação?

Mesmo que seja aconselhado a sair da empresa, cabe a você aceitar e não há obrigação de fazê-lo. Se não pretende pedir demissão, é importante deixar isso claro.

Se a empresa fizer com que você acredite erroneamente que houve um motivo disciplinar para que peça demissão, ou caso fique trancado(a) em uma sala privada e seja implacavelmente forçado(a) a pedir demissão, você poderá insistir em anular a declaração de intenção de se demitir.

Além disso, caso seja implacavelmente forçado(a) a pedir demissão, mesmo tendo dito que não pretendia sair, você poderá reivindicar uma indenização com base em atos ilícitos.

É recomendável fazer anotações ou registrar a forma como foi obrigado(a) a pedir demissão para guardar evidências disso. Recomendamos que você consulte um advogado o quanto antes sobre como preservar as evidências e como lidar com a empresa. Caso necessite da colaboração da empresa em relação à sua situação de residência, é importante ser assessorado o quanto antes, enquanto ainda dispõe de tempo restante suficiente em seu período de residência.

Estou sendo intimidado (sofrendo bullying) no trabalho (assédio, assédio de poder). O que devo fazer?

“Intimidação (bullying) e assédio no local de trabalho” é a expressão que se refere a atos que deterioram o ambiente de trabalho ou violam os direitos ou privilégios trabalhistas, como honra, privacidade, segurança física e liberdade de ação dos trabalhadores, causando sofrimento mental ou físico aos trabalhadores que estão em posição de desvantagem devido à sua situação ou relações de trabalho.

“Assédio de poder no local de trabalho” é a expressão que se refere ao assédio mental e físico ou à deterioração do ambiente de trabalho além de um escopo de trabalho apropriado, com base na hierarquia no local de trabalho, como situação ou relações de trabalho com aqueles que trabalham no mesmo local de trabalho. Isso inclui não apenas o que é feito pelo chefe com os subordinados, mas também o que é feito entre seniores/juniores, entre colegas e até mesmo pelos subordinados com o chefe.

O empregador é obrigado a zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho confortável para os trabalhadores e, caso não tome as medidas adequadas contra a intimidação (bullying), será responsabilizado pelos danos que violem esta obrigação. Portanto, em resposta à intimidação (bullying), você pode requisitar medidas provisórias solicitando, não apenas à pessoa que pratica a intimidação, mas também ao empregador, que pare com esses atos; ou pode reivindicar indenização por danos. Se você está sofrendo intimidação (bullying) no trabalho, é recomendável fazer anotações ou um registro disso, para preservar as evidências.

Além disso, em relação a vários tipos de intimidação (bullying) e assédio no local de trabalho, seria recomendável consultar um especialista, como um advogado ou a agência de trabalho da província.

Tive um acidente enquanto dirigia um carro da empresa para o trabalho. A empresa está pedindo indenização. Tenho que atender a esta solicitação?

A menos que seja um erro grave da parte do trabalhador, como dirigir sob o efeito de álcool, é altamente provável que a alegação da empresa não seja aceitável. Mesmo que haja uma multa ou penalidade estabelecida por erros de trabalho, tal disposição não se aplica a este caso.

Mesmo que a reivindicação da empresa seja aprovada, isso não significa que você tenha que pagar o valor total do dano. Não ceda tão facilmente.

Além disso, a empresa não pode deduzir a indenização de seu salário sem permissão. Se deduzirem a indenização sem permissão, você pode reivindicar a diferença.

Houterasu – Serviços de Informações e Assistência Jurídica Civil

Que tipos de serviços posso receber ligando para os serviços de informações multilíngue do Houterasu?

Os usuários que falam um idioma estrangeiro como sua língua nativa podem usar esses serviços se desejarem obter informações sobre o sistema jurídico japonês ou serviços de consultoria.

Isso é feito por meio de uma chamada de conferência com três participantes, entre o usuário, o intérprete e o membro da equipe do Houterasu. Na chamada de conferência com três participantes, o usuário liga para o número de telefone do serviço de informações multilíngue (0570-078377), o intérprete transfere a chamada para o escritório ou filial local de preferência do usuário; o usuário e o membro da equipe do Houterasu fazem uma chamada de conferência com três participantes por meio do intérprete.

Se deseja conhecer métodos específicos de solução de questões jurídicas, você precisará da assessoria jurídica de um especialista. No serviço de informações multilíngue, apresentaremos pontos de contato que o ajudarão a resolver problemas, incluindo os serviços gratuitos de consultoria jurídica do Houterasu.

Qualquer pessoa pode obter consultoria jurídica gratuita do Houterasu?

O Houterasu fornece consultoria jurídica gratuita para aqueles que têm problemas com assuntos privados ou domésticos, mas não podem receber assistência jurídica de advogados e escrivães judiciais devido à falta de dinheiro (assistência jurídica civil/consultoria jurídica). Para usar este sistema, devem ser atendidos os requisitos a seguir.

- A receita e o patrimônio são inferiores a determinado valor
- Ter um endereço no Japão e residir legalmente. (No entanto, se sua situação de residência for problemática e você entrar com um processo contra a autoridade administrativa que trata da sua situação de residência, levando-a a um tribunal, onde pode ser confirmado que reconhecem sua situação de residência, o requisito será considerado atendido, mesmo sem uma situação de residência, a título de exceção.)

Além do escritório do Houterasu, a consultoria jurídica está disponível em centros de consultoria registrados, onde pode ser realizada a assistência jurídica civil e consultoria, como ordens dos advogados e associações de escrivães judiciais.

Para obter mais informações, ligue para o serviço de informações multilíngue (0570-078377). O intérprete irá conectá-lo ao escritório local do Houterasu e trabalhará com você por meio de uma chamada de conferência com três participantes (usuário, intérprete e funcionário do Houterasu).

Se não atender os requisitos para assistência jurídica civil, iremos apresentá-lo a centros de consultoria que prestam assessoria jurídica, como ordens dos advogados, associações de escrivães judiciais e municípios. Pode ser exigida uma taxa pela consultoria jurídica, dependendo do centro de consultoria.

<Condições para Consultoria Jurídica>

Ambos os Critérios A e B devem ser atendidos.

Critério A

Receita, etc., inferior a determinado valor

Exceto no caso de litígio entre marido e mulher, a assistência será determinada com base na renda e no patrimônio, incluindo os do cônjuge, em princípio.

As diretrizes para a renda mensal (1/12 da renda líquida anual, incluindo bônus) são as seguintes.

Solteiro(a)	Família de duas pessoas	Família de três pessoas	Família de quatro pessoas
182.000 ienes ou menos (200.200 ienes ou menos)	251.000 ienes ou menos (276.100 ienes ou menos)	272.000 ienes ou menos (299.200 ienes ou menos)	299.000 ienes ou menos (328.900 ienes ou menos)

* Os números entre parênteses são os padrões de valor para cidades grandes, como Tóquio e Osaka.

* Para famílias de cinco ou mais pessoas, 30.000 ienes (33.000 ienes) serão adicionados para cada pessoa adicional.

* Se houver gastos como despesas médicas e educacionais, será descontado o valor correspondente.

* Se você estiver pagando aluguel ou hipoteca, o valor total será contabilizado, dentro da faixa dos limites a seguir, para os padrões de renda acima. Os valores entre parênteses são os limites dos valores adicionados para residentes de regiões especiais em Tóquio.

Solteiro(a)	Família de duas pessoas	Família de três pessoas	Família de quatro ou mais pessoas
41.000 ienes (53.000 ienes)	53.000 ienes (68.000 ienes)	66.000 ienes (85.000 ienes)	71.000 ienes (92.000 ienes)

Critério B

Patrimônio próprio inferior a determinado valor

O valor total em dinheiro e economias deve atender aos seguintes critérios.

Solteiro(a)	Família de duas pessoas	Família de três pessoas	Família de quatro ou mais pessoas
1,8 milhão de ienes ou menos	2,5 milhões de ienes ou menos	2,7 milhões de ienes ou menos	3 milhões de ienes ou menos

Gostaria de pedir a um advogado/escrivão judicial que resolva meu problema. Quais tipos de custos haverá e de quanto serão?

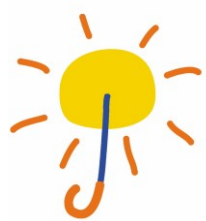
Em geral, os tipos de despesas pagas a advogados e escrivães judiciais incluem honorários de assessoria jurídica, honorários iniciais, remuneração, taxas de manuseio, despesas reais, salários diários e honorários de consultoria.

Não existe um preço padrão para esses custos, uma vez que os advogados individuais e escrivães judiciais definem esses padrões.

Além disso, o Houterasu tem um sistema de assistência jurídica civil que fornece assessoria jurídica gratuita para aqueles que têm problemas com assuntos privados ou domésticos, mas não podem receber assistência jurídica de advogados e escrivães judiciais por falta de dinheiro, e paga antecipadamente os custos de advogados, escrivães judiciais e julgamentos a serem reembolsados posteriormente.

Para usar o sistema de assistência jurídica civil, é necessário atender aos seguintes requisitos: que a renda e o patrimônio estejam dentro de determinado valor, que haja chance de ganhar a causa e que esta seja adequada para efeitos de assistência jurídica civil. Se você usar o sistema de reembolso de honorários advocatícios/de escrivães judiciais, os honorários serão definidos com base nos padrões do Houterasu. Os honorários estabelecidos serão pagos pelo Houterasu antecipadamente e pagos ao advogado e ao escrivão judicial em uma parcela única. Como regra geral, os usuários reembolsarão o valor total ao Houterasu em prestações.

Para solicitar informações relativas ao sistema de reembolso, ligue para o serviço de informações multilíngue (0570-078377). Um funcionário do Houterasu explicará o sistema por meio de um intérprete.



日本司法支援センター

法テラス